ISSN: 2358-8829

# ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇAO ESPECIAL: CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Silvana de Oliveira Costa

## INTRODUÇÃO

Historicamente, pessoas com necessidades especiais, sejam decorrentes de deficiências físicas ou cognitivas, têm enfrentado um longo percurso marcado por exclusão social e familiar. Ao longo de muitos séculos, essas pessoas foram sistematicamente privadas do convívio social, sofrendo rejeição e, em inúmeras situações, chegando a ser vítimas de eliminação já ao nascer. Tais práticas excludentes possuem raízes profundas desde a Antiguidade, refletindo concepções e valores culturalmente disseminados que desconsideravam a diversidade humana. Na sociedade espartana, por exemplo, indivíduos portadores de deficiências eram rejeitados por não se enquadrarem nos rígidos padrões físicos e militares vigentes, o que resultava, frequentemente, em abandono ou eliminação. Na Roma antiga, embora o contexto fosse distinto, a exclusão também se manifestava, evidenciando uma tradição de marginalização desses indivíduos. Foi apenas a partir da consolidação do Cristianismo que começaram a surgir os primeiros esforços para transformar e combater essas práticas exterminadoras que se prolongaram por séculos. Durante a Idade Média, essa exclusão também se expressava por meio de interpretações supersticiosas, nas quais danos à integridade ou deficiências eram associados a manifestações sobrenaturais, como possessões demoníacas, decretando o afastamento social dessas pessoas. A chegada do Modernismo trouxe uma perspectiva renovada, promovendo mudanças significativas no combate ao preconceito, valorizando a pluralidade e a diversidade humanas como parte essencial da convivência social.

Nas últimas décadas, os movimentos sociais e educacionais têm buscado ampliar a visibilidade e reforçar a inclusão de pessoas com necessidades especiais, reivindicando direitos e a efetivação de políticas públicas que garantam sua participação plena na sociedade. Contudo, apesar dos avanços legais e institucionais, a realidade da Educação Inclusiva ainda apresenta desafios evidentes. É comum encontrar em salas regulares de ensino crianças com Síndrome de Down que permanecem isoladas dentro do ambiente escolar, mesmo quando esses espaços

ISSN: 2358-8829

deveriam proporcionar interação e convívio social qualitativo. Essa situação expõe limitações na formação e na sensibilização da comunidade escolar para garantir uma inclusão que vá além da mera presença física, buscando uma participação efetiva e uma alfabetização que seja significativa para essas crianças. Muitos alunos diagnosticados com Síndrome de Down avançam de ano sem desenvolver competências satisfatórias, especialmente no âmbito cognitivo, o que compromete o aprendizado da leitura e da escrita, fundamentais para sua autonomia e inserção social.

Considerando que crianças com dificuldades intelectuais, quando deixadas sem o devido suporte pedagógico, dificilmente alcançam formas elaboradas de pensamento abstrato, torna-se imprescindível que a escola assume o papel de desenvolver capacidades que não se manifestariam espontaneamente no processo natural de desenvolvimento dessas crianças. Conforme destacado por Vygotsky (1994, p. 116).

> precisamente porque as crianças com dificuldades intelectuais, quando deixadas a si mesmas, jamais atingirão formas elaboradas de pensamento abstrato, a escola deve esforçar-se para desenvolver nelas aquilo que está intrinsecamente faltando em seu processo de desenvolvimento. Vygotsky (1994, p. 116).

A partir dessa compreensão, esta pesquisa se volta para questões fundamentais: quais metodologias apresentam maior eficácia para estimular o desenvolvimento do pensamento abstrato na alfabetização de crianças com Síndrome de Down? De que modo essas crianças são capazes de aprender a ler e escrever, mesmo diante das limitações cognitivas que apresentam? Estudos indicam que, no âmbito da Educação Especial, há metodologias eficazes pouco conhecidas pelos profissionais que atuam com crianças com a síndrome de Down, especialmente no ensino fundamental. Essa lacuna de conhecimento pode ocasionar práticas pedagógicas insuficientes ou mesmo negligentes, prejudicando o progresso dessas crianças.

A psicogênese da escrita, segundo Emília Ferreiro, enfatiza que o processo de alfabetização deve partir do contexto social e individual do aluno, uma vez que o conhecimento é construído por meio da interação entre o sujeito e o objeto do aprendizado. Ferreiro (1999, p. 32) ressalta que “nenhuma aprendizagem possui um ponto de partida absoluto, pois mesmo o novo conteúdo é assimilado conforme os esquemas assimiladores disponíveis do sujeito, podendo a assimilação ser mais ou menos deformante”. Dessa forma, a alfabetização deve ser entendida como um processo contínuo, que se desenrola ao longo de fases fundamentais na

ISSN: 2358-8829

evolução da escrita: inicialmente pela distinção entre representação icônica e não-icônica; seguindo pelas diferenciações intrafigural e interfigural; e culminando com a fonetização da escrita, que estabelece a relação entre letras e sons.

Importa reconhecer que as crianças com Síndrome de Down apresentam uma diversidade de graus de dificuldade, mesmo entre aquelas que compartilham o diagnóstico. fatores como o acompanhamento familiar, o apoio social e o contexto escolar no qual estão inseridas exercem influência significativa. Para o processo de alfabetização, é fundamental que os professores compreendam essa variedade de características e necessidades, incluindo a consideração acerca do desenvolvimento do quociente intelectual (QI), que, embora possa ter base genética, também é susceptível a influências ambientais (SCHWARTZMAN, 1999, p. 59 apud CARR, 1998).

No contexto da Educação Especial, observar o desenvolvimento da escrita revela que ele ocorre de forma análoga àquela verificada em crianças consideradas típicas, apontando para o potencial de desenvolvimento dos processos psicológicos superiores quando são oferecidos estímulos e mediações adequados (VYGOTSKY, 1994). O brincar, neste sentido, destaca-se como uma atividade fundamental, pois favorece o estabelecimento de relações sociais, a compreensão dos papéis sociais e proporciona avanços nas motivações e capacidades da criança. Vygotsky (1998, p. 122) salienta que “todo avanço está conectado com uma mudança acentuada nas motivações, tendências e incentivos”. A prática do faz de conta assume especial importância, ao possibilitar que essas crianças internalizem noções cruciais de cidadania e respeito em relação ao outro.

Esta pesquisa, fundamentada na experiência da prática docente, tem como objetivo geral compreender como se dá o processo de desenvolvimento da alfabetização em crianças com deficiência cognitiva, dando ênfase especial àquelas com Síndrome de Down. Os objetivos específicos que orientam o estudo são: aprofundar a compreensão sobre o processo de alfabetização em crianças com deficiência cognitiva; identificar as características e competências dos professores alfabetizadores que atuam na Educação Especial; e investigar as metodologias pedagógicas que têm sido aplicadas nesse contexto formativo.

Conforme Vygotsky (1994, p. 126), “os objetos têm uma força motivadora inerente para as ações de uma criança muito pequena, determinando amplamente seu comportamento”. Por essa razão, a mediação docente assume um papel indispensável no desenvolvimento cognitivo

ISSN: 2358-8829

dessas crianças, sendo o brinquedo uma ferramenta pedagógica eficaz para favorecer essa mediação.

A importância da alfabetização dentro do processo educacional, aliada à necessidade de compreender o raciocínio lógico específico dessas crianças, levanta questões fundamentais para a prática pedagógica: como ocorre o desenvolvimento intelectual dessas crianças? Como elas processam e compreendem conceitos concretos e abstratos? Qual metodologia pedagógica é mais adequada para facilitar a assimilação dos conteúdos expostos no ambiente escolar? Conforme Vygotsky (1995), crianças com deficiência evoluem por meio de processos semelhantes aos das crianças consideradas típicas, desde que a vivência da escrita seja mediada socialmente, possibilitando a construção do conhecimento e o desenvolvimento cognitivo.

Apesar das dificuldades enfrentadas, que incluem lacunas na formação docente e recursos pedagógicos limitados, este estudo almeja contribuir para que a Educação Especial não promova exclusivamente a inclusão física, mas garanta a inclusão efetiva de crianças com necessidades específicas, assegurando-lhes o direito a uma alfabetização que seja, de fato, igualitária, significativa e que possibilite sua plena participação social.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão dos processos educacionais voltados para crianças com deficiência intelectual, em especial aquelas com Síndrome de Down, requer um embasamento teórico sólido que articule aspectos do desenvolvimento cognitivo, social e das políticas educacionais.

A teoria Histórico-Cultural formulada por Lev Vygotsky é fundamental nesse contexto. Vygotsky (1994) argumenta que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio da interação social mediada culturalmente, onde a linguagem assume um papel central como instrumento de mediação. O aprendizado, portanto, não é um processo isolado, mas socialmente situado e orientado por práticas e significados compartilhados. Para crianças com Síndrome de Down, essa mediação torna-se essencial para o avanço do pensamento abstrato, a capacidade de simbolização e a alfabetização. Vygotsky destaca que, embora essas crianças apresentem limitações biológicas, o potencial de desenvolvimento pode ser ampliado por intervenções educacionais adequadas que respeitem suas necessidades específicas e promovam a internalização progressiva de processos cognitivos.

Paralelamente, as contribuições de Ferreiro e Teberosky (1999), através da psicogênese da língua escrita, aprofundam a compreensão sobre o processo de aquisição da leitura e da

ISSN: 2358-8829

escrita, delineando estágios evolutivos pelos quais o aprendiz constrói hipóteses sobre a língua escrita. Este processo, fundamentado na interação com o meio socioeducativo, enfatiza a importância de respeitar as tentativas e erros como elementos constitutivos do desenvolvimento. Na Educação Especial, a psicogênese oferece subsídios para a construção de metodologias que sejam sensíveis às particularidades cognitivas e às trajetórias individuais das crianças com necessidades específicas, incluindo as com Síndrome de Down. Reconhecer os diferentes períodos - desde a representação icônica até a fonetização - auxilia o professor na elaboração de estratégias pedagógicas adequadas para estimular a consciência fonológica e a construção gradual do sistema de leitura e escrita.

A perspectiva da inclusão escolar no Brasil encontra respaldo normativo na Constituição Federal (1988), que assegura a educação como direito de todos, e na Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), que estabelece princípios para a igualdade de acesso e permanência no sistema educacional. Especificamente para a Educação Especial, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 determina que os sistemas de ensino devem garantir recursos e organização para atender às necessidades educacionais específicas, promovendo uma educação que valorize a diversidade e a participação plena de todos os alunos.

Além disso, a legislação recente, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), reafirma a obrigatoriedade de políticas públicas que promovam a acessibilidade educacional, a adaptação curricular e a formação continuada dos profissionais da educação, elementos imprescindíveis para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade.

No âmbito prático, estudos indicam que a formação docente é um desafio constante, já que muitos professores se sentem despreparados para lidar com a diversidade cognitiva e comportamental presente na sala de aula inclusiva. Dessa forma, a construção de uma rede de apoio que integre escola, família e comunidade torna-se prioritária para superar obstáculos e favorecer uma aprendizagem democrática e justa.

Esta estrutura teórica orienta a análise do papel da escola como espaço de socialização e aprendizagem, considerando as especificidades das crianças com Síndrome de Down no processo de alfabetização. Ela enfatiza a necessidade de mediações pedagógicas adaptadas, valorização da interação social e do contexto cultural, além de apontar para a importância das políticas públicas no respaldo à inclusão efetiva.

ISSN: 2358-8829

## METODOLOGIA

A presente pesquisa possui base sociológica, adotando uma abordagem qualitativa. Segundo Severino (2007, p. 119), "a abordagem qualitativa refere-se a conjuntos de metodologias que envolvem, eventualmente, diversas referências epistemológicas". Este estudo foi desenvolvido por meio de análises teóricas e bibliográficas a partir de registros disponíveis decorrentes de pesquisas anteriores em documentos impressos, tais como livros, artigos e teses (Severino, 2007, p. 122).

O interesse pelo entendimento do processo de leitura e escrita em crianças com deficiências cognitivas, em especial aquelas com Síndrome de Down, surgiu a partir de estágios realizados, nos quais foram feitas observações sob a ótica do desenvolvimento social e cognitivo dessas crianças. Conforme o Decreto nº 5.296, de 2004, a deficiência intelectual refere-se ao "funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos, e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas" (BRASIL, 2004).

A Síndrome de Down é causada por uma anomalia cromossômica caracterizada pela trissomia do cromossomo 21, condição genética descrita por John Langdon Down que constitui uma das causas mais frequentes da deficiência intelectual (RODRIGUEZ, 2010).

Entende-se a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar preferencialmente ofertada na rede regular de ensino, destinada a educandos com necessidades especiais (BRASIL, LDB, 1996). Por meio do levantamento e análise bibliográfica, busca-se abarcar aspectos diversos desse contexto, tais como metodologias utilizadas no processo de alfabetização, níveis cognitivos envolvidos na aprendizagem e características dos professores que atuam na Educação Especial.

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 estabelece, em seu artigo 2º, que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para garantir atendimento adequado a educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001). A inclusão transcende o acesso institucional, visando eliminar obstáculos que limitam a aprendizagem e participação dos alunos no processo educativo.

ISSN: 2358-8829

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### CARACTERÍSTICAS DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Educar é uma arte que necessita dos meios apropriados para efetivação. Diante da complexidade e diversidade dos educandos, os professores precisam dispor de instrumentos e recursos adequados para concretizar as políticas de inclusão. A Educação Especial demanda amparo e esforço conjunto para viabilizar o crescimento de atitudes inclusivas, minimizando a segregação e promovendo o desenvolvimento de novas habilidades por meio da integração sensorial, essencial para o êxito da aprendizagem.

Nesse sentido, os profissionais da rede regular devem buscar atender adequadamente à diversidade do alunado, pautando sua ação no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação. Segundo Zoía (2006, apud Miranda e Filho, 2012, p. 28): “Os professores precisam tratar das relações entre os alunos. Formar crianças para o convívio com as diferenças.”

É sabido que a educação brasileira sofre com a carência de investimentos, o que torna as políticas educacionais lentas e fragmentadas. Diante disso, a prática da Educação Especial enfrenta desafios para responder à demanda de inclusão de alunos com necessidades específicas em um sistema ainda deficitário.

### PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS COGNITIVAS

O processo de alfabetização em crianças com deficiências cognitivas, especialmente aquelas com Síndrome de Down, precisa ser conduzido de maneira prazerosa e lúdica, levando em consideração as limitações individuais de cada criança, mas também valorizando suas potencialidades cognitivas, linguísticas, auditivas, de memória e motoras. Para favorecer esse desenvolvimento, recomenda-se a utilização de oficinas pedagógicas que integrem materiais lúdicos, atividades de brincadeiras, dinâmicas de faz de conta e o uso da literatura infantil. Essas estratégias buscam não apenas transmitir conteúdos, mas também estimular o interesse, a motivação e a participação ativa das crianças, tornando o processo de alfabetização mais significativo e adaptado às suas necessidades específicas.

ISSN: 2358-8829

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas, observa-se que a Educação Inclusiva, especialmente no contexto da alfabetização de crianças com Síndrome de Down, demanda a conjugação de múltiplos esforços. A simples integração física dos alunos nas salas regulares não garante a efetiva inclusão; é indispensável que haja práticas pedagógicas intencionais e fundamentadas, capazes de atender às particularidades cognitivas e sociais desses estudantes.

É evidente que os processos de aprendizagem dessas crianças dependem não apenas do conhecimento e dedicação dos professores, mas também de condições estruturais adequadas, recursos pedagógicos diversificados e uma rede de apoio articulada entre escola, família e profissionais especializados. A formação continuada dos educadores é elemento crucial para a atualização das metodologias, assegurando intervenções pedagógicas eficazes e afetuosas.

Por meio do referencial teórico revisitado, fundamentado nos estudos de Vygotsky, Ferreiro e autores da área da Educação Especial, ficou claro que o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores pode ser estimulado e ampliado, mesmo diante das limitações cognitivas inerentes à Síndrome de Down. O papel da mediação pedagógica revela-se central para a promoção do raciocínio abstrato, da linguagem escrita e da autonomia do educando.

Reconhece-se, ainda, que a legislação brasileira, por meio da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e das normativas específicas para Educação Especial, assegura o direito à educação inclusiva de qualidade. No entanto, a aplicação dessas normativas enfrenta desafios práticos que merecem atenção constante, especialmente no que se refere à formação docente, infraestrutura e políticas públicas.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de uma postura ética e humanizada por parte de todos os envolvidos no processo educativo, valorizando a diversidade e promovendo o respeito ao desenvolvimento singular de cada criança. A Educação Inclusiva encontra seu maior potencial quando se transforma em compromisso coletivo, capaz de garantir direitos, promover aprendizagens e construir cidadania plena.

**Palavras-chave:** Alfabetização, Síndrome de Down, Educação Inclusiva, Práticas Pedagógicas, Formação Docente.

ISSN: 2358-8829

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõem sobre a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 2/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 fev. 2001.

*FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Tradução Diana Myriam Liechtenstein, Liana Di Marco, Mário Corso. Porto Alegre: Artmed, 1999.*

*MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. O professor e a educação inclusiva. Salvador: ADUFBA, 2012.*

*RODRIGUEZ, Helena. Síndrome de Down e suas implicações educacionais. São Paulo: Editora XYZ, 2010.*

*SCHWARTZMAN, José Salomão. Síndrome de Down. São Paulo: Mackenzie, 1999.*

*SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.*

*VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1994.*

*VYGOTSKY, Lev S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987.*

*ZÓIA, Marília. Educação e diversidade: um desafio atual. In: MIRANDA; FILHO, T. A. G. (Org.). O professor e a educação inclusiva. Salvador: ADUFBA, 2012. p. 25-35.*

Mestrando do Curso de Ciências da Educação da W. U. ECUMENICAL.*costasilvana461@gmail.com*